

Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional

Social representations of female in the familiar context: an intergenerational research

Sabrina Mantuan dos Santos Coutinho¹
Paulo Rogério Meira Menandro²

RESUMO: Este relato apresenta parte dos dados de pesquisa intergeracional que objetivou conhecer a rede de representações sociais (RS) que orienta o *ser mulher* na família, especificamente aqueles referentes às RS do feminino no contexto familiar. Realizaram-se 20 entrevistas semiestruturadas com mulheres de estrato socioeconômico médio e baixo: 10 que tiveram filhos na década de 1960, e 10 que tiveram filhos na década de 1990, filhas das primeiras. Os dados foram organizados/analísados a partir de adaptação do método fenomenológico para investigação psicológica e do *software* Alceste. Os resultados evidenciaram diferenças de uma geração à outra, tais como: maior escolarização; maior possibilidade de exercício profissional; menor número de filhos; maior envolvimento masculino nas questões domésticas. Porém, mesmo na geração mais jovem, as falas são marcadas por ambiguidade quanto à questão dos papéis femininos na família, revelando que ainda está em processo a superação das diferenças de gênero consolidadas pela tradição.

Palavras-chave: relações de gênero; mulher; família; representações sociais; pesquisa intergeracional.

ABSTRACT: This report presents part of the intergenerational research that aimed to know the network of Social Representation (SR) that guides a woman in a family, specifically those regarding to female SR in the family context. 20 semi-structured interviews were conducted with women from middle and low socioeconomic status: 10 who had children in the 1960s, and 10 who had children in the 1990s, daughters of the first ones. Data were organized/ analyzed from adaptation of phenomenological method for psychological research and the Alceste software. The results showed differences from one generation to another, such as: higher education; greater possibility of professional practice; fewer children; greater male involvement in domestic issues. But even in the younger generation, speeches are marked by ambiguity on the issue of female roles in the family, revealing that it is still in the process of overcoming gender differences consolidated by tradition.

Keywords: gender relations; woman; family; social representations; intergenerational research.

Introdução

O papel da mulher na família transformou-se nas últimas seis décadas, mormente em função da crescente participação feminina no mercado de trabalho, com reflexos inevitáveis na vida doméstica. A consolidação de novas possibilidades para a vida da mulher caracteriza-se como processo complexo, marcado por avanços e retrocessos.

1 Doutora em Psicologia; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo; Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: sabrinems@hotmail.com.

2 Doutor em Psicologia; Professor Titular do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo; Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, Espírito Santo, Brasil.

A partir do século XIX começaram a ganhar forma na sociedade brasileira novas ideias sobre a mulher, contrárias aos ideais moralizantes da igreja e da escola que difundiam um ideal feminino caracterizado pela submissão. Contudo, o lugar da mulher permaneceu vinculado à vida doméstica (de certa forma, o é até hoje), acentuando diferenças entre homem e mulher na esfera familiar e na sociedade - diferenças estas justificadas por suposta determinação biológica.

Apenas na segunda metade do século XX passaram a ser esboçadas mudanças significativas em relação ao papel social da mulher, questionando-se a desigualdade e a hierarquia de gênero características do modelo patriarcal. Até o início dos anos 1960, a mulher de classe média só encontrava espaço nas “carreiras” do casamento e da maternidade e, eventualmente, como professora, “numa continuidade de seu papel como mãe e educadora”, como ressalta Matos (2000).

Bassanezi (2002) registra que nos “anos dourados” (anos 1950), a condição de mãe, esposa e dona de casa era considerada parte da essência feminina e destino natural de toda mulher. Assim, mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho nessa época, os preconceitos com relação ao trabalho da mulher fora de casa eram evidentes. Argumentava-se que trabalhando fora a mulher deixaria de lado suas funções primordiais – cuidado da casa, dos filhos e do marido – e colocaria em risco o bem sagrado do matrimônio, além ocupar espaço essencialmente masculino.

Urbanização, industrialização e aumento da escolaridade levaram a mulher a transitar entre espaços públicos e privados, propiciando comunicação mais aberta com o homem na rede familiar (Quintas, 2000). Entrar no mercado de trabalho e viver com maior autonomia sua sexualidade, dada a tecnologia contraceptiva, resultaram em alterações nas relações familiares e de gênero (Unbehaum, 2001).

Movimentos e reivindicações feministas da metade final do século XX foram os maiores inspiradores das mudanças na concepção do papel feminino na sociedade. Transformações oriundas deles propiciaram à mulher, mais espaço para desenvolver atividades que não apenas as de esposa e mãe; ao homem a chance de se reconstituir como personagem integrado à dinâmica familiar. Diz Romanelli (2003, p. 77): “ao questionarem os fundamentos das relações entre homens e mulheres, as diversas linhas desse movimento deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade”.

Foi com os movimentos feministas que o uso do termo gênero alastrou-se, sendo enfatizada a base social da diferenciação entre homens e mulheres (Scott, 1995). Tal conceito possibilitou que as questões ligadas às diferenças entre homens e mulheres deixassem de ser consideradas apenas do ponto de vista biológico, e que o pressuposto da socialização fosse tomado como princípio explicativo (Nuernberg, 2008).

É fato que, por décadas, as pesquisas no campo do gênero se centraram sobre a questão do feminino; porém, o entendimento atual do conceito prevê uma perspectiva relacional, histórica, preocupada com a compreensão de como foram produzidas tais relações, porque o foram, e como funcionam (Araújo, 2005; Arilha, Medrado & Unbehaum, 2001; Galinkin & Ismael, 2011; Galinkin, Santos & Zauli-Fellows, 2010; Scott, 1995; Strey, 1998).

Acompanhando a tendência internacional de não mais estudar apenas as mulheres, mas as relações de gênero, também no Brasil se passou a considerar a dimensão relacional do gênero, de forma que “abriu-se, então, uma perspectiva complexa, qual seja, a de conceituar gênero como categoria analítica, que permitiria compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino” (Arihla, Medrado & Unbehau, 2001, p. 24).

Segundo Rocha-Coutinho (2001), com o nascer da sociedade industrial moderna e da separação das esferas de produção e reprodução, foram definidos limites claros para as identidades feminina e masculina, aquela marcada por características estabelecidas como importantes para o funcionamento do espaço privado da reprodução e esta por aspectos muito valorizados relativos ao espaço público da produção. Tal demarcação define o que é ou não próprio da “natureza” feminina, ou seja, de sua identidade.

Existem diferentes abordagens à noção de identidade no campo das Ciências Humanas e dentro da própria Psicologia, variando de perspectivas individualistas às perspectivas psicossociais. Ainda que possa ser constatada em alguns casos uma visão dicotômica que distingue identidade pessoal e identidade social, há abordagens que trabalham com a intersecção entre esses âmbitos. É nessa perspectiva psicossocial e integradora, que rejeita a separação entre individual e social, que aqui se compreende o conceito de identidade (optou-se por não discorrer aqui sobre as diversas abordagens do conceito de identidade, limitando-se à explanação da perspectiva com a qual se compartilha).

Nesse sentido, concordamos com Andrade (2000), que enfatiza:

O processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social, supõe uma interestruturação entre a identidade individual e a identidade coletiva dos atores sociais, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam organicamente. Os indivíduos se integram em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes identidades coletivas, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas, simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se como indivíduos, como sujeitos, como atores sociais. Mesmo com todo peso das estruturas sociais, cada indivíduo é único e irrepetível. (p. 142)

Desse ponto de vista, a identidade não é suposta como imutável, estática. É ela entendida “como um processo, um fenômeno construído de forma dinâmica e dialética, um processo identitário, um processo de personalização sempre mutável e provisório” (Andrade, 2000, p. 142). Na verdade, essa noção de identidade articula dimensões aparentemente dicotômicas, como estabilidade x mudança, igualdade x diferença, individual x social, pois ao mesmo tempo em que a identidade é percebida como algo “único”, “pessoal”, caracteriza-se como um processo, que envolve diuturnamente contraste e pluralidade, constituindo-se e transformando-se a partir da aculturação e das relações sociais cotidianas, certamente em contexto que incorpora diversas determinações sócio-históricas (Jacques, 1998).

É importante assinalar que nas sociedades atuais, marcadas por transformações que podem ser descritas como rápidas e constantes em comparação com as mesmas sociedades em épocas anteriores, os indivíduos se confrontam com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais podem, ao menos provisoriamente, identificar-se. Assim, o indivíduo que em outros momentos tinha a falsa ilusão de uma identidade única, estável, passa agora a experimentar uma “identidade fragmentada”, constituída de múltiplas e, frequentemente, contraditórias “identidades” (Rocha-Coutinho, 2004).

As características socialmente prescritas, ensinadas e cobradas às mulheres por muito tempo foram marcadas por homogeneidade muito expressiva, na qual dois aspectos tinham especial proeminência: esposa prendada e dependente, e mãe afetuosa e dedicada. Com isso, o grupo principal com o qual se estabeleciam os contrastes mais nítidos era o dos homens, havendo chance reduzida (até mesmo pelo controle explícito) de grupos específicos entre as mulheres virem a se diferenciar de forma suficientemente perceptível para forçar questionamentos à identidade feminina cristalizada. Não se está dizendo aqui que a identidade feminina carecia de complexidade (uma discussão pertinente pode ser vista em Caixeta e Barbato, 2004), mas apenas que, durante longo período, a identidade feminina, mesmo marcada por variações relacionadas às condições socioeconômicas, às especificidades culturais, e ainda que ficassem evidenciadas tensões moderadas, estava caracterizada como continente efetivamente capaz de conter quase todas as mulheres. É possível dizer que não fazia o mesmo sentido que faz hoje falar em identidades, no plural. Talvez seja possível dizer também que não fazia o mesmo sentido que faz hoje enfatizar a ideia de que a identidade pode se deslocar continuamente a partir do contato com situações significativas que revelem inovações, multiplicidades ou contradições.

De qualquer modo, propõe Rocha-Coutinho (2004), que a definição da identidade feminina “sempre caminhou paralelamente a uma maciça discriminação das mulheres” (p. 4). Elas foram excluídas das esferas de poder e influência social, por serem tidas como não portadoras das competências consideradas indispensáveis à vida pública, já que, historicamente, sua identidade foi construída pautada no casamento, na maternidade e no tipo de vida doméstica implicada a partir daí.

Mesmo hoje a situação não é em tudo diferente. Apesar de avanços e conquistas, a mulher é discriminada na esfera pública, como atesta a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, na esfera privada, como destaca Rocha-Coutinho (1994), a maternidade permanece central na vida de muitas mulheres, de forma que “o discurso social, apesar de ter incorporado estes novos papéis à identidade feminina e de ter, até certo ponto, questionado a doutrina da maternidade como essência, mudou muito pouco a sua definição de mulher” (p. 61), pois as novas possibilidades alavancadas pelos movimentos feministas, muitas mulheres, sem alterarem suas práticas como esposa e mãe, assumiram vários outros papéis simultâneos, por vezes contraditórios.

É interessante perceber como tais discursos/práticas foram produzidos, mantidos e reforçados ao longo dos anos, não cedendo por completo aos inúmeros avanços que facultam à mulher possibilidades adicionais à maternidade e ao casamento. Historicamente, produziu-se um conhecimento acerca do que é ser mulher (adequado aos interesses que então prevaleciam) que permitia ao senso comum compreender a realidade e dar significado a comportamentos e atitudes considerados importantes para aqueles contextos. Esse conhecimento, socialmente estabelecido, transmitido de geração a geração, era considerado um conhecimento “menor”, só começando a ser enfatizado com o conceito de representação social (RS) proposto por Serge Moscovici.

Para Moscovici (1978), os processos cognitivos e afetivos estão na base da compreensão da realidade e estão integrados ao meio social que é próprio da realidade dos grupos humanos, contribuindo em parte para a configuração desse meio social e constituindo-se em parte sob sua influência (o que diverge de perspectivas nas quais se considera que existe um “cenário” de natureza social que funciona como ambiente em que

diversos processos se desenrolam, sem qualquer interdependência ambiente-processos). Por isso sua proposta se caracteriza como psicossociológica.

De acordo com Jodelet (2001), a RS estabelece uma relação de simbolização e de interpretação com seu objeto. Dessa forma, o significar (a representação) implica uma construção e uma expressão do sujeito, e não constitui simples reprodução ou reflexo do mundo exterior, envolvendo uma atividade de reconstrução da realidade, de organização significativa, adquirindo *status* de realidade natural para as pessoas.

Queiroz (2002) enfatiza o aspecto dinâmico das RS, afirmando que “é no processo de significação que os sujeitos, na sua relação com o mundo, reconstróem novos significados e são recriados por estes” (p. 94). Sendo assim, as RS não são estáticas; ao contrário, constituem um *processo*, e dependem tanto de fatores circunstanciais quanto de fatores mais globais, que vão além da situação em si mesma (Abric, 2000).

As RS não ditam as ações dos indivíduos, como se eles fossem forçados a agir conforme determinada representação, apenas reproduzindo-a, mas funcionam como orientadores para a ação, estando a esta última intimamente relacionada. Nessa relação entre representação e prática, os indivíduos têm papel ativo, já que as RS não ditam as ações, mas apenas definem as possíveis condições da ação (Rouquette, 2000). As práticas sociais produzidas pelos indivíduos não são estanques, mas se entrecruzam, ultrapassando atividades e contextos específicos da vida do sujeito. Da mesma forma, as RS, que não guardam relação linear com as práticas, também não estão isoladas, mas sim inscritas em sistemas de representações imbricados.

Almeida (2005) conceitua as representações sociais como sistemas “que têm por objetivo substituir as *teorias* espontâneas por versões com uma definição específica, definição esta compartilhada pelos membros de um grupo, que passa a incorporá-la no seu cotidiano”. (p. 42)

Andrade (2000) também ressalta a ideia de as representações constituírem um sistema dinâmico:

O sentido da representação de um objeto advém da relação com outras representações de outros objetos que forma um campo de representação. Portanto, o que confere seu sentido a uma representação não é tanto seu conteúdo, os elementos que a formam, mas a relação entre esses elementos (p. 143).

Wachelke (2005) ressalta que quando representações sociais formam um conjunto coerente e coeso, estando ancoradas em noções próximas, pode-se dizer que elas estão formando um *sistema representacional*. Esse sistema representacional pode abarcar uma quantidade de subsistemas de representações, muitas vezes incompatíveis entre si.

Essa noção de sistema, segundo Wachelke (2005), apesar de parecer “estranha” a alguns, não constitui novidade na TRS. “Seria possível, por exemplo, em vez de empregar a noção de *sistemas*, chamar a essas representações de *representações que regulam outras representações, matrizes representacionais* ou algum nome semelhante” (p. 318).

A partir da abordagem estrutural, Wachelke e Contarello (2011) buscaram caracterizar as relações das RS de envelhecimento com as RS de outros objetos sociais, constatando a pertinência de se caracterizar a representação social como um sistema e não como uma estrutura isolada.

Partindo, então, da ideia de que as RS de determinados objetos fazem parte de sistemas de representações, foi realizada uma pesquisa intergeracional objetivando conhecer a rede de RS que orienta o *ser mulher* na família (RS de gênero, de maternidade e de casamento), bem como as práticas femininas cotidianas.

A manutenção e/ou transformação de representações sociais tem relação direta com processos intergeracionais, visto que as representações são socialmente construídas, compartilhadas e transmitidas, e no caso de grupos sociais muito próximos (por exemplo, o grupo familiar), é grande a probabilidade de uma homogeneidade das representações (Trindade, 1991).

Estudos intergeracionais têm sido desenvolvidos no Brasil - são exemplos: Almeida (1987); Amaral (1997); Benincá e Gomes (1998); Dias e Lopes (2003); Marcon (1998); Leite (2004); Lins de Barros (2006, 2013); Lisboa, Féres-Carneiro e Jablonski (2007); Rêgo, Bastos e Alcântara (2002); Rocha-Coutinho (1994); Torres (2005); Vitale (2002). Este tipo de estudo possibilita contrastar como um mesmo fenômeno é considerado por representantes de diferentes gerações, evidenciando o grau de influência dos valores, práticas e representações das gerações anteriores e também a interferência das aceleradas transformações socioculturais na compreensão de tal fenômeno.

Este relato apresenta parte dos dados da pesquisa anteriormente mencionada – especificamente aqueles que se referem à representação social do ser mulher no contexto da família. São dados que facultam uma abordagem que os trate de forma independente, ainda que sem perder a perspectiva da evidente interligação em rede com as experiências da maternidade e da vida conjugal.

Método

Foram entrevistadas individualmente 20 mulheres de estrato econômico de média para baixa renda: 10 com filhos nascidos na década de 1960 (1ª geração), e 10 com filhos nascidos nos anos 1990 (2ª geração). Todas as do segundo grupo são filhas das mulheres da primeira geração. As entrevistas basearam-se em roteiro semiestruturado com questões que facultavam às participantes falarem de suas concepções e práticas em relação ao casamento, à maternidade e à vida familiar.

O principal critério adotado para a constituição dos grupos compostos por díades de mães e filhas foi a condição de ambas terem filhos nascidos nos períodos fixados. Preenchido tal critério, buscou-se garantir presença de algumas mulheres da 1ª geração que tenham exercido trabalho remunerado fora de casa após o casamento, assim como de algumas que tenham vivido separação conjugal na época em que tinham filhos pequenos. Para a constituição do grupo da 2ª geração (filhas), a exigência foi apenas serem casadas (legalmente ou não) e terem sido mães nos anos 1990.

Conforme se observa na Figura 1, mulheres da mesma família (1ª e 2ª gerações) receberam nomes fictícios iniciados pela mesma letra, e aparecem em sequência.

Participante / Geração	Idade	Escolaridade	Estado civil	Tempo de união (anos)	Nº de filhos	Atividade profissional (após casamento)	Nível econômico (quando filhos eram pequenos)
Ana / 1ª G	74	1º grau incomp.	casada	53	9	não	médio
Alice / 2ª G	44	3º grau	casada	17	2	sim	médio
Berenice / 1ª G	65	1º grau incomp.	viúva	31	3 (1 falecido)	não	médio
Bárbara / 2ª G	38	3º grau	casada	13	1	sim	médio
Célia / 1ª G	60	2º grau	casada	40	4	sim	médio
Clara / 2ª G	37	2º grau	casada	15	2	sim	médio
Dalva / 1ª G	62	1º grau incomp.	viúva	31	3	não	baixo
Diana / 2ª G	37	2º grau	casada	13	2	sim	médio
Eva / 1ª G	72	1º grau incomp.	divorciada	13	6 (2 falecidos)	não	baixo
Elisa / 2ª G	45	3º grau em curso	casada	20	1	sim	médio
Fátima / 1ª G	62	1º grau incomp.	divorciada	15	3	não	baixo
Fernanda / 2ª G	39	3º grau incomp.	casada	18	2	sim	médio
Glória / 1ª G	61	2º grau	viúva	24	4	sim	baixo
Giovana / 2ª G	43	3º grau	casada	12	1	sim	médio
Hilda / 1ª G	60	1º grau incomp.	casada	40	4	não	médio
Helena / 2ª G	36	3º grau	casada	19	2	sim	médio
Ivone / 1ª G	60	3º grau	casada	41	5 (1 adotiva)	sim	médio
Isa / 2ª G	34	3º grau	casada	12	2	sim	médio
Joana / 1ª G	70	1º grau incomp.	casada	50	6	não	baixo
Julia / 2ª G	36	2º grau	casada	16	2	não	médio

Figura 1 - Caracterização das participantes

O quadro acima apresenta dados gerais sobre as participantes: *idade* (1ª geração: entre 60 e 74 anos, com média de 64,6 anos; 2ª geração: entre 34 e 45 anos, e média de 39 anos); *escolaridade* (1ª geração: sete não concluíram o 1º grau, duas concluíram o 2º grau e apenas uma cursou o 3º grau; 2ª geração: sete cursaram o 3º grau, e três concluíram o 2º grau); *estado civil* (1ª geração: três viúvas, duas divorciadas e cinco casadas; 2ª geração: todas casadas); *tempo de união* (1ª geração: média de 45 anos, exceto as divorciadas, que ficaram casadas por 13 e 15 anos; 2ª geração: média de 15,5 anos); *exercício de atividade profissional após o casamento* (1ª geração: três participantes; 2ª geração: nove); *condição socioeconômica na época dos filhos pequenos* (1ª geração: cinco de classe popular, e cinco de classe média; 2ª geração: todas de classe média).

Na organização dos dados foram utilizados dois procedimentos com o intuito de enriquecer e ampliar as possibilidades de análise: uma adaptação baseada em Trindade (1991) do *método fenomenológico para investigação psicológica*, que parte do modelo desenvolvido por Bullington e Karlsson (1984), e o uso do *software Alceste*, desenvolvido por Max Reinert, em 1990, que efetua uma análise lexical apoiada em co-ocorrências de palavras em unidades de texto.

O método fenomenológico para investigação psicológica propõe a busca da experiência “tal qual foi ou é vivenciada” pelo indivíduo, ou seja, o significado de determinado fenômeno a partir das descrições e explicações das experiências fornecidas pelo próprio indivíduo (Trindade, Menandro & Gianórdoli-Nascimento, 2007, p. 78). Possibilita a apreensão das “*unidades de significado*” presentes nos discursos, e o

desvelamento da “estrutura” do fenômeno experienciado, o que pode se dar a partir de quatro fases, segundo Trindade (1991): 1) identificação das *unidades de significado* após transcrição das entrevistas e leitura/análise das mesmas; 2) inclusão das falas das participantes nas *unidades de significado* identificadas; 3) conversão das *unidades de significado* para uma linguagem parcialmente padronizada, considerando os significados e a transcrição de algumas falas importantes para exemplificar a questão sob foco; 4) transformação das *unidades de significado* em uma “estrutura”, que possibilita a articulação dos constituintes significativos obtidos nas respostas dos participantes, e sua apreensão mais integrada.

O software *Alceste*, por sua vez, distingue “classes de palavras que representam diferentes formas de discurso a respeito do tópico de interesse” (Kronberger & Wagner, 2002, p. 427), analisando co-ocorrências localizadas de palavras, resultando em dados organizados de forma que tem grande valor heurístico para o processo interpretativo. Efetua a análise por etapas: inicialmente reconhece as unidades de contexto iniciais (UCI) - as entrevistas - gerando a seguir segmentos de texto (unidades de contexto elementar - UCE) - as sentenças nas quais o programa fragmenta o texto considerando número de palavras e pontuação. A seguir, agrupa palavras que co-ocorrem, considerando seus radicais (fazendo uso de dicionário que integra o programa), e efetua o cálculo das respectivas frequências. Como passo seguinte, realiza cálculos para obter classes de UCE que compartilhem palavras, ao mesmo tempo em que se diferenciem dos outros conjuntos de UCE, resultando uma hierarquia de classes apresentada em forma de árvore, ou seja, em dendrograma (Teixeira, Schulze & Camargo, 2002).

Cada grupo geracional constituiu um corpus em separado para análise do *Alceste*. As variáveis consideradas importantes para o delineamento do estudo foram: escolaridade, idade, trabalho fora e religião.

Conforme discute Camargo (2005), as classes resultantes do processamento do programa podem ser consideradas representações sociais ou somente aspectos de uma única representação, o que vai depender de seu conteúdo e sua relação com fatores atinentes aos objetivos do estudo. Como nesse estudo trabalhou-se com objetos de representações distintos, mas que se acredita estarem inseridos num mesmo sistema de representações, buscou-se ver como o programa poderia captar essas representações.

No presente relato são abordados os resultados referentes ao ser mulher na família, buscado desvendar o saber construído no confronto com a realidade vivida.

Resultados e discussões

Representação social do ser mulher no contexto familiar na 1ª geração

Com os processos de modernização e urbanização que se fortaleceram nos anos 1950 e atingiram especialmente as famílias dos estratos médios, a escolarização formal tornou-se condição para êxito e exigência indispensável na preparação dos filhos, seja para manter a posição social da família, seja para possibilitar sua ascensão. Contudo, o incentivo à educação era diferenciado de acordo com o sexo, tendo sentidos distintos para meninos e meninas, que deviam cumprir diferentes expectativas (Vaitsman, 1994).

Apesar de constituírem possibilidade complementar ao casamento para mulheres de classe média, escolarização e profissionalização não estavam igualmente disponíveis para mulheres de classe popular, sobretudo no meio rural, cujas tarefas em casa e na roça não justificavam “perder tempo” estudando. A fala de Joana é clara: *“Não tinha esse negócio, casou era ali pra tomar conta da casa e até ir pra roça com o marido”*.

A chance de prosseguir nos estudos antes de casar, em tal grupo, concretizou-se apenas para Célia, de classe média, que concluiu ensino médio (“magistério”). Sete participantes não concluíram o ensino fundamental (quatro cursaram apenas o primário). Depois de casar, apenas Glória e Ivone continuaram o processo de escolarização, concluindo o ensino médio e o ensino superior, respectivamente.

A educação formal era prioritária apenas para o filho homem, que precisava qualificar-se para ter um bom trabalho e cumprir o papel de provedor. Os maridos de cinco das participantes continuaram a estudar após o casamento, concluindo o ensino superior. À mulher bastava saber “assinar o nome”, já que seu principal projeto/função era casar e ter filhos, como exemplifica a fala de Joana: *“Vontade de estudar eu tive muito, desde solteira, de nova, mas meu pai não deixava, porque ele achava que a mulher quando sabia assinar o nome dela chegava, porque ela ia casar, porque o marido que tinha que ter estudo, ele que tinha que trabalhar, entendeu, não a mulher”*.

Mesmo com a abertura à escolarização e profissionalização feminina nos anos 1950 e com a entrada da mulher nas universidades a partir da década de 1960, demorou a se tornar significativa a inserção da mulher no mundo do trabalho. Mudanças sociais, políticas e econômicas não tiveram impacto imediato sobre as relações de gênero. De todo modo, é inegável a contribuição do contexto em que mulheres puderam se dedicar aos estudos para alterar assimetrias de gênero e preconceitos seculares.

A pouca expressividade do trabalho feminino fora de casa em meados do século XX (considerada a classe média) também é evidente nos dados. Das participantes da 1ª geração, só três trabalharam quando tinham filhos pequenos - duas delas desenvolvendo atividades que permitiam uso flexível de seu tempo (vendedoras, de joias e roupas). Apenas uma (Ivone) tinha emprego formal (professora) com carga horária expressiva.

Na época muitas mulheres dedicavam-se aos filhos e ao lar, sendo essa a principal atribuição. Trabalho feminino fora de casa era encarado com preconceito, de forma que os homens impediam a participação de filhas e esposas em funções extra-domésticas.

Articulando tais considerações com resultados obtidos a partir do processamento do Alceste nota-se que a Classe 4 no dendrograma referente a esse grupo (Figura 2) alude à limitação feminina à esfera doméstica e conjugal. Nessa classe, projetos femininos que ultrapassam os limites do lar parecem ficar em segundo plano, dando lugar aos projetos masculinos, sobretudo profissionais, que se desenvolvem no espaço público. Enquanto o marido prosseguiu nos estudos, progredindo profissionalmente, a mulher, no mesmo período, ficou às voltas com seus filhos e com a vida doméstica.

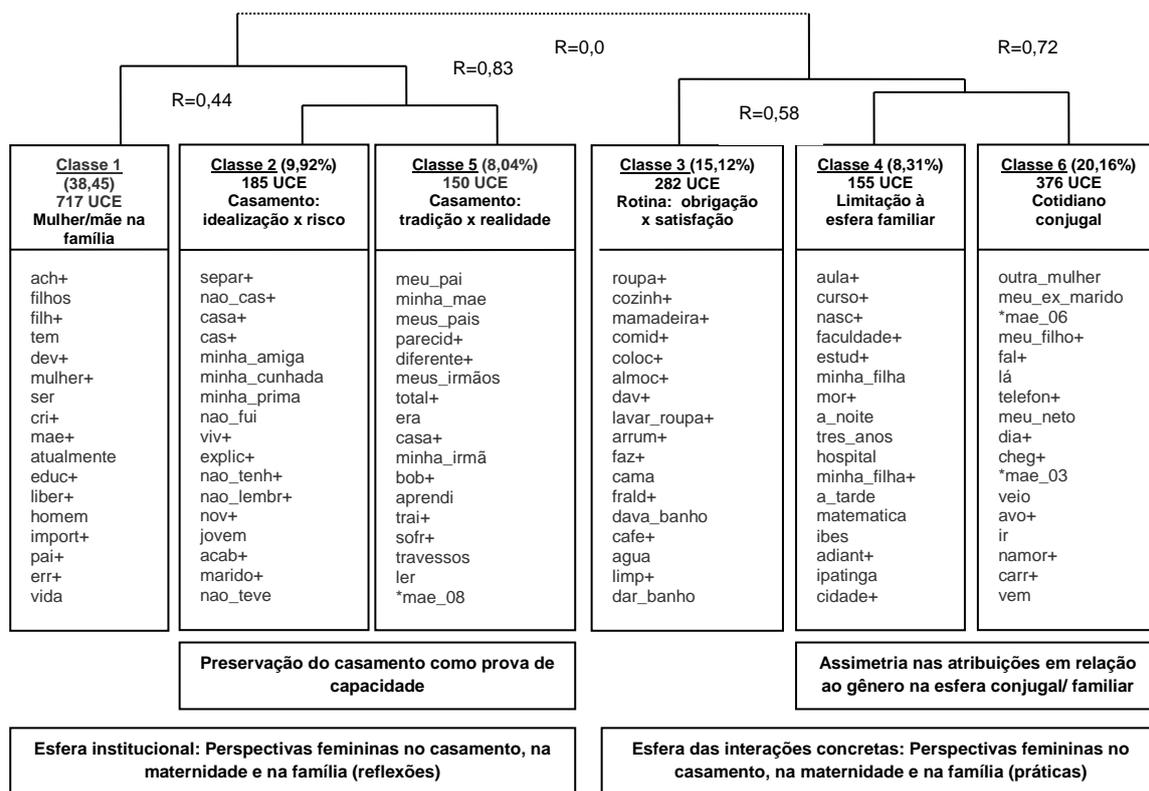


Figura 2 - Dendrograma das classes – RS do *ser mulher* de mulheres da 1ª Geração.

R= Razão de ligação entre as classes.

É importante ressaltar que as próprias mulheres mantêm concepção tradicional a respeito da função feminina. A maioria das entrevistadas propõe que a principal função da mulher é cuidar dos filhos, da casa e do marido (incluindo fazer tudo para “agradá-lo”). Mesmo as que destacam e valorizam os avanços feministas, não refutam a importância da dedicação ao lar.

É visível também a prática da mulher se ajustar aos projetos do homem. Em vários casos, mudar de cidade, por exemplo, decorreu do trabalho/carreira do esposo, tal como a dificuldade da participante continuar a estudar ou trabalhar fora relaciona-se à prioridade do aperfeiçoamento profissional do marido, como evidenciado nas palavras da Classe 4. Abaixo também são descritas algumas UCE's típicas dessa classe:

meu_marido #saiu para fazer #estágio na #área dele e #estudar mais, fazer #curso #senac. depois meu_marido foi ser #instrutor do #senac, a_gente estava investindo mais no #estudo do meu_marido e no meu_estudo também.

trabalha, meu_marido já é #aposentado #duas vezes, e continua #trabalhando, é #aposentado da vale, e #aposentado do estado, #professor, e continua dando #aula. meu_marido #fez, #fez três #cursos, pensou? meu_marido é tão #danado que #trabalhava #a_noite e #estudava. quando meu_marido #fez direito, meu_marido tem #curso de direito, #administração e #matemática.

Tarefas relacionadas ao lar eram todas realizadas pelas participantes, o que era visto como obrigação da mulher, na época. A Classe 3 relaciona-se a essa questão. Os cuidados práticos com os filhos e com a casa (banhar, cozinhar, lavar e passar roupas) são mencionados como rotina diária das participantes. A “ajuda” do marido é mencionada e várias vezes foi dito que não desarrumar o que a esposa organizou já é ajuda. Elas não solicitavam a participação dos maridos, pois isso poderia indicar que não estavam conseguindo cumprir seu papel. Os maridos, quando muito, “olhavam” os filhos quando isso

não era possível para a esposa. Apenas três participantes (Célia, Dalva e Hilda) relataram participação mais efetiva dos maridos em tarefas de casa, sempre ressaltando que lhes cabia a maior responsabilidade.

Os resultados também identificam educação e criação de filhos como parte da rotina doméstico-familiar feminina, o que pode ser observado a partir das palavras nas classes 1 e 3 do dendrograma de classes, e das UCE's típicas dessas classes.

depois que eu casei também eu não pensei, porque meu_marido também não_gostava que eu trabalhasse fora, e tinha os #filhos também. #criar #filhos com outras #pessoas, é #difícil, a #mãe mesmo #criando #filho é mais #fácil #criar #filho, #ensinar o que quer que o #filho #seja, como é que é, é a #maneira que você #cria, #ensina, que #cria ele.

#meu_marido #ajudava muito. #meu_marido #pegava, eu estava #ocupada numa #tarefa, #meu_marido #ia #brincar, #fazia #dormir, #dava #mamadeira, #trocava #fralda, #dava_banho, #ajudava. não, não, era o contrário, porque #meu_marido #gostava mesmo, #gostava muito de sair com a_gente #passear, #gostava muito, sempre foi muito participativo.

#rotina? #levantar cedo e muito cedo, porque a_gente naquela luta com #criança, #levantar e #dar #café, #arrumar a residência, a_gente #faz #almoço e #lava_roupa, é uma #correria, porque com #criança #pequena é tudo na #correria.

A maioria das mulheres dessa geração crê que ao homem cabe o provimento da família. Quatro delas veem como positiva sua participação na esfera doméstica, mas a maioria não a considera imprescindível. Na maioria absoluta dos casos a atividade preferida ou mais desempenhada pelos maridos é brincar e passear com os filhos, ou seja, atividades na esfera do lazer, ficando a responsabilidade dos cuidados com a mãe. Aos pais cabe apenas *ajudar* suas esposas em tarefa que é delas (Jablonski, 1998).

Quanto à participação dos filhos em tarefas domésticas, Berenice, Dalva, Hilda e Ivone destacam que meninos e meninas não tinham tarefas a cumprir em casa quando eram pequenos, devendo apenas estudar. Já Ana, Fátima, Glória e Joana relatam que apenas as filhas tinham obrigação de ajudar a cuidar da casa. Os filhos, em geral, não precisavam cumprir tarefas domésticas, diferentemente das filhas, realizando apenas tarefas específicas (ir ao supermercado; encher litro de água). Os filhos também recebiam tratamento diferenciado em outras situações: podiam chegar da rua mais tarde que as filhas; e não eram muito mimados para não afetar sua "masculinidade". Apenas Célia e Eva atribuíam as mesmas tarefas a filhos e filhas, quando eram pequenos. Nascimento (2006) também verificou divisão desigual de tarefas domésticas para cada sexo em pesquisa com famílias de classe popular, com as filhas sendo mais "exigidas".

Nota-se que na 1ª geração fica evidente a desigualdade quanto aos sexos nas relações familiares, havendo limites claros para atribuições femininas e masculinas.

Representação social do ser mulher no contexto familiar na 2ª geração

Curso superior e carreira profissional começaram a ser parte das perspectivas de mulheres de classe média/alta a partir da segunda metade do século XX. Cursar faculdade e trabalhar fora de casa passou a significar chance de transitar por espaços antes exclusivos dos homens. Ao mesmo tempo, os homens foram "convocados" para uma inserção mais regular no âmbito doméstico.

Os resultados ilustram essa transição gradativa da esfera de atuação feminina. Entre participantes da 1ª geração só três exerceram algum tipo de atividade fora de casa quando tinham filhos crianças, ao passo que na 2ª geração nove trabalhavam nesse mesmo período

de suas vidas. Dar continuidade ao processo de escolarização formal, chegando a cursar o ensino superior, como foi o caso de várias participantes do grupo mais jovem, passa a figurar como possibilidade, enquanto no primeiro grupo significativa parcela das entrevistadas não concluiu sequer o ensino fundamental.

O trabalho representa para a mulher a possibilidade de autonomia em diferentes níveis, mas representa também o desafio da conciliação com a vida familiar, uma vez que a inserção feminina no mercado de trabalho não afastou a mulher de funções domésticas, mas sim a colocou na intersecção dessas duas esferas, em posição que muitas vezes é geradora de angústia e sofrimento, visto que uma função ainda parece sobressair-se culturalmente sobre as demais: ser mãe. A esse respeito Scavone (2004) propõe: “com mais acesso à educação formal e à formação profissional, as mulheres vão, no decorrer do século XX, ocupar gradativamente o espaço público, ao mesmo tempo em que mantêm a responsabilidade pela criação dos(as) filhos(as)” (p. 174).

Mesmo entre as mulheres cujo trabalho, quando tinham filhos pequenos, permitia flexibilidade de horário, nota-se dificuldade na conciliação entre essas experiências, exigindo ajustes das rotinas profissional e de mãe. Nesse sentido, a constituição de uma rede de apoio torna-se essencial. O apoio de mãe, irmãs, comadres, empregadas é citado como de grande importância, o que não ocorre na 1ª geração.

As classes do dendrograma desse grupo (Figura 3) ilustram bem essa questão. Inclusive o fato de existirem duas classes (3 e 4) que abordam a necessidade de conciliação entre a rotina privada e a profissional já destoa muito da geração anterior.

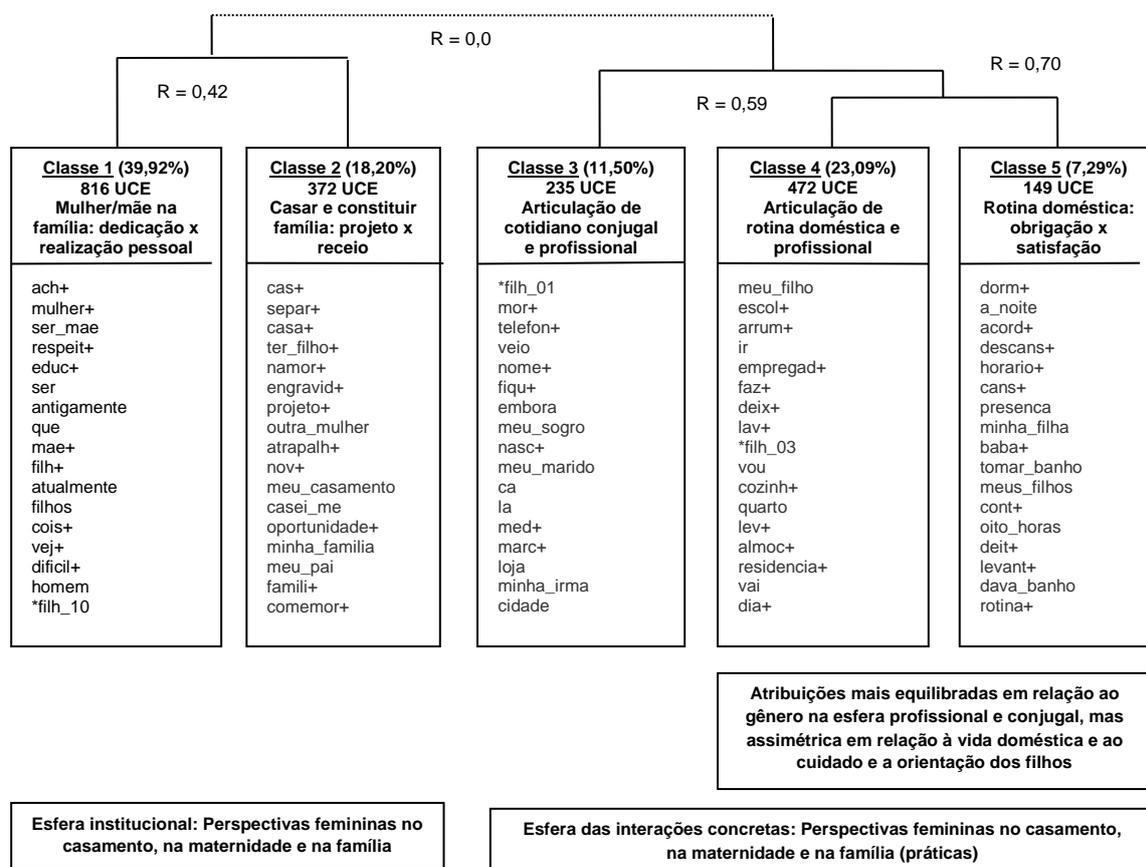


Figura 3 - Dendrograma das classes – RS do *ser mulher* de mulheres da 2ª Geração.
R= Razão de ligação entre as classes.

A classe 3 congrega elementos sobre a vida das participantes na época do namoro e no início do casamento, e também na época do nascimento dos filhos. Nesta, o marido não significa tudo na vida da participante, pois entra em questão também o mundo do trabalho. Logo, é possível perceber que o que está em questão são as interferências e inseguranças decorrentes de uma experiência nova; contudo, em momento algum encontramos indícios de intenção de desistir ou recuar diante das mesmas.

Para compreender melhor do que a classe trata, é preciso analisar, além das palavras, o conjunto de UCE's selecionados como típicos dessa classe. Seguem algumas a seguir.

mas eu acho que não_mudou entre eu e #meu_marido, acho que não. foi um pouco complicado, mas com, eu #fiz #seguite. O #médico, pediatra do meu_filho #ajudou_me muito, porque o pediatra falou comigo que meu_filho teria que fazer a #alimentação de acordo com meu #trabalho, então com #cinco_meses, meu_filho, com #três_meses meu_filho já almoçava, três, cinco, #não_lembro

nossa, eu acho que foi o que? #seis_anos, seis, sete_anos. não, quando meu_filho #nasceu eu acabei afastando_me da #loja. eu #voltei para a #loja tem o que? #três_anos, meu_filho com seis. quando meu_filho #começou a estudar com quatro_aninhos, três para #quatro_anos, ainda eu #fiquei um #tempo sem trabalhar, nao_queria #voltar para #comércio, por_isso eu acabei #ficando parada

Fica explícito nesse grupo o incentivo dos maridos à carreira profissional da esposa, embora em alguns casos talvez seja mais apropriado falar de “concordância” - desde que não afete a rotina doméstica. Assim, a aceitação do trabalho feminino fora de casa não altera, de fato, as relações de gênero, sendo ele visto como *colaboração* ao homem que prossegue sendo o responsável pela família em termos financeiros. A fala de Isa é elucidativa: *“Apesar de que ele que mantém a casa todinha, mesmo eu trabalhando, é ele, até mesmo por ele querer assim, mas no mais as coisas são divididas direitinho mesmo, a gente entra em acordo e vamo levando”*.

A participação do marido em atividades domésticas é mencionada pela maioria das entrevistadas. Fica claro, no entanto, que se trata de “apoio” à mulher no exercício de funções que são “suas”. Quase sempre tal apoio envolve cuidado e atenção com os filhos, ficando as atribuições relativas à casa por conta das mulheres. Mesmo nesse grupo a divisão de tarefas permanece assentada em concepções tradicionais, como se observa nas falas que se seguem: *“As tarefas divididas era o seguinte, era mais do lado do filho, né? Não que ele falasse assim, ah, vou varrer a casa, não, ele consegue assim, pegar uma toalha e colocar no varal, não fazer muita bagunça na pia, lavar o prato, a louça da pia, ou até fazer uma sopa”* (Elisa); *“Não, divisão de trabalho não. Eu acho que eu tô ainda meio antiga, né, no que se relaciona a cuidado em casa. Eu nunca cobrei, se ajudar é maravilhoso, eu acho lindo homem que participa”* (Julia).

O fato de o homem trabalhar “muito” e passar o dia fora é justificativa frequente para sua reduzida participação. As próprias mulheres reforçam tal divisão desigual de tarefas, definindo a rotina doméstica como sua responsabilidade. Nas palavras de Rocha-Coutinho (1994): *“Sem se dar conta, portanto, a mulher contribui para a manutenção do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que, muitas vezes apenas em discurso, se rebela”* (p. 239). Há uma única participante (Bárbara) que ressalta sempre ter havido divisão de tarefas em casa, embora o casal se dedique pouco à casa por causa do trabalho. Ela enfatizou que nunca assumiu dupla jornada de trabalho: *“A casa, eu nem poderia falar assim em relação à divisão, até porque eu não sou boa dona de casa, mas se divide”*.

No que se refere à educação dos filhos, a maior parte das entrevistadas ressalta que a tarefa é dos dois, não só da mãe. Contudo, considerando os dois procedimentos para organização e análise dos dados, percebe-se que as participantes têm tomado para si tal função. Alice, por exemplo, ao mesmo tempo em que ressalta que a educação dos filhos é tarefa dos dois, queixa-se do fato do marido interferir demais na educação e acabar tomando um lugar que acha que é seu: *“Tem hora que eu acho que ele interfere demais na educação dos meninos. A primeira fase até dez anos é muito com a mãe, né, e ele interferiu demais, cobra demais. É uma coisa de mãe, não é?”*

Os conteúdos da Classe 4 do Alceste abordam essa questão do cuidado e atenção com os filhos especificamente. Cuidado no sentido de estar atenta ao que o filho faz (não deixar o filho brincar sozinho na rua, ir a locais perigosos), e não no sentido de cuidados práticos (dar banho, alimentar, trocar fralda, etc.). A ideia de que os filhos podem contribuir em tarefas domésticas mais simples, como arrumar a própria cama, levar o lixo para fora de casa, almoçar sozinho, lavar o prato em que comeu, entre outras, também está presente, mas não como obrigação, e sim como atividade que irá se desenvolver gradualmente, e que pode ser importante para o filho no futuro.

Apresentamos algumas UCE's características da classe em questão, que nos ajudam a compreender seu sentido.

mas meus_filhos estão #jogando #bola na rua, #posso #brincar? #filho, estou terminando o #serviço, daqui vinte_minutos termino, meia_hora ou mais, e #vou. eu #não_deixo #sozinho, não porque eu tenho receio de, eu acho, eu acho que se eu #deixar uma #vez, #daqui #meu_filho #vai para outra #rua, como eu vejo. (X²=24)

vamos comprar, mãe, estou #precisando comprar #roupa. #vou #falar com meu_marido, se meu_marido #der ok, a_gente compra. então, aqui a_gente #leva assim muito, e #não_tem esse #negócio de #joga, #vai para lá, #vem para cá, #joga para pai, pai #joga para mãe não, meu_marido pergunta E aí, vamos #supor, dormir na #residência de alguém, pai, #posso dormir na #residência de Rafaela? (X²=22)

Vale notar que, em referência ao papel do homem, as participantes dizem que sua função não deve ser apenas o provimento, devendo agregar outras funções, sobretudo em relação aos filhos. Contudo, percebe-se que é justamente o papel de provedor, assim como o de autoridade, que permanece no centro da atuação masculina na família: *“Eu acho que o papel principal do homem é sustentar a família”* (Helena); *“Olha, o homem é o provedor né, é a ordem natural das coisas, mas eu acho que as responsabilidades são todas em comum”* (Isa); *“Eu acho que o homem ainda continua sendo o cabeça, que ele precisa trabalhar fora, entendeu, e que ele tenha responsabilidade dentro de casa, de cuidar, de trazer mesmo mantimento, de cuidar da mulher, entendeu? O homem continua sendo homem”* (Julia).

Como na 1ª geração, a maioria das participantes desse grupo relata como atividade preferida dos maridos junto aos filhos aquelas associadas ao lazer: *“Gosta muito de passear, andar de bicicleta, e jogar bola* (Alice); *Brincar é o que ele faz muito com os meninos”* (Clara). Rocha-Coutinho (2003) obteve resultados similares em estudo com casais em que ambos os cônjuges trabalham fora: em relação aos filhos, os homens dedicam-se mais às atividades de entretenimento, muitas delas realizadas fora de casa.

Não obstante, é impossível ignorar indícios de que o homem alterou sua presença no mundo doméstico, participando mais do dia-a-dia familiar em comparação com gerações anteriores. Araújo e Scalón (2005, pp. 34-35) observam: *“Relações mais igualitárias e*

relações mais tradicionais se mesclam, indicando faces ‘modernas’ e faces conservadoras, que evidenciam as ambiguidades da esperada modernização”.

Em relação ao papel da mulher na família, as participantes destacam tarefas típicas da esfera doméstica, tais como cuidar da casa, cuidar dos filhos, orientá-los, ajudá-los em tarefas escolares, dar apoio emocional, cuidar do marido, agradá-lo, ser conciliadora. Assim, as mulheres precisam ser verdadeiras “heroínas” para cumprir todas as tarefas incluídas em sua “jurisdição”. Subentende-se do que disseram que a mulher tem a capacidade natural de lidar com todas essas questões, como bem explicita a fala de Elisa: *“Eu acho que ela tem que trabalhar, ela tem que dar conta de casa, ela tem que dar conta de filho, ela tem que dar conta do marido, entendeu? Eu acho que a mulher tem que ser o eixo da casa, ela tem que ver tudo que tá se passando, tudo que tá acontecendo. Porque não adianta falar que a mulher não vai dar conta de tudo isso, porque ela dá, não tem jeito, querendo ou não, ela quer dar conta disso também”*.

A participante Fernanda ressalta que o não exercício do que considera papel da mulher é o grande responsável pelo fim de vários casamentos: *“A mulher é muito importante nisso aí [conciliação], e muitos casamentos têm ido embora porque as mulheres não querem esse papel, e não é fácil, mas tem que ser, porque não tem quem faça. Não adianta que não é característica do homem essa”*.

Destaca-se a fala de Julia, dona de casa, sobre o trabalho doméstico, que considera pouco valorizado. Ao mesmo tempo em que diz sentir-se feliz pelo fato de estar em casa com os filhos, sente-se frustrada e desvalorizada por não exercer atividade profissional: *“Quem fica em casa nunca tem valor, parece que as mulheres de fora têm seu valor, mas as mulheres de dentro de casa não têm valor. (...) Tem momentos que eu sinto a falta de não ter estudado mais (...) mas eu tô muito feliz da forma que eu vivo hoje”* (Julia).

Nascimento (2006), investigando famílias de camadas populares, observou que o cuidado com os filhos permanece como responsabilidade da mulher, da mãe, e o trabalho doméstico como função feminina (mãe, filhas), de forma que o ser mulher é definido por atribuições ligadas à esfera doméstica, como ser dona de casa e mãe.

Quanto aos filhos cumprirem tarefas domésticas, as participantes relatam que não é obrigação, mas uma colaboração que prepara para situações que eles podem viver no futuro. Elas próprias reforçam a assimetria nas relações quando propõem que há coisas “próprias” para menino e coisas “próprias” para menina. Isa exemplifica: *“Não tenho filho homem, mas eu acho que (...) A mulher, a menina, a gente é mais sensível que o homem (...) é natural, a menina tem que ser mais protegida (...) Menino é mais bruto, é muito machista (...) Não concordo em dar tarefas femininas demais pro menino”*.

É visível que as falas são marcadas por ambiguidade quanto à questão dos papéis de gênero na família, revelando oposições das quais se originam as RS do feminino. Ao mesmo tempo em que as participantes dizem que não há um papel específico para a mulher ou para o homem, fica subentendido que no dia-a-dia essa divisão persiste.

Apoiada em estudo sobre como são divididos os cuidados com a casa e a criação dos filhos quando pai e mãe trabalham fora, Rocha-Coutinho (2003) diz que, mesmo com o aumento na participação e envolvimento dos homens no espaço familiar, as mulheres continuam a ser responsáveis pela casa e pelos filhos. Por isso, culpam-se por não dedicarem

aos filhos o tempo que julgam adequado, o que faz com que a divisão de tarefas continue a ser determinada pela antiga divisão entre os sexos. E destaca:

O discurso social contemporâneo, que exalta a igualdade entre homens e mulheres, convive ainda, mesmo que de forma muitas vezes velada, com o antigo discurso que esperava de homens e mulheres diferentes papéis e posições sociais, especialmente na família, fazendo com que a antiga ideia de que “mãe é mãe” e de que “só a mãe sabe como melhor cuidar de seus filhos” continue a prevalecer (p. 94).

Torres (2000), referindo-se à realidade portuguesa contemporânea, identifica aspecto adicional respeitante a tal fenômeno que parece claramente análogo ao que se pode observar na realidade brasileira, afirmando que “as mulheres com menores rendimentos e menores qualificações *pagam o preço* da maior autonomia relativa que a atividade profissional lhes proporciona com a equivalente sobrecarga do desempenho das tarefas domésticas e da responsabilidade dos cuidados com os filhos” (p. 142).

Rêgo, Bastos e Alcântara (2002), com base em resultados de pesquisa longitudinal que analisa o cotidiano de uma família multigeracional, a partir da perspectiva de mulheres de três gerações que convivem na mesma casa (avó, mãe e neta), destacam que elas enfatizam o cuidar dos filhos, da casa e da família como atribuição feminina, competindo aos homens contribuir com o sustento. Também os achados de Dessen e Braz (2000) apontam que a mulher supervaloriza seu papel na família, de forma que pode estar, na prática, impedindo a maior participação masculina na rotina doméstica.

Assim sendo, a forma atual de compreensão dos papéis femininos e masculinos na família está incorporando elementos que apontam para relações mais igualitárias; embora, nas práticas cotidianas o descompasso ainda seja expressivo.

Conclusões – Contrastando as gerações

Por muito tempo as relações familiares foram marcadas pela consolidação de realidades muito distintas para homens e mulheres, a eles cabendo o provimento e a manutenção instrumental da família, e a elas, afastadas dos negócios, a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa, mantendo clima afetuoso no lar.

Mesmo com as transformações socioculturais que resultaram em maior igualdade nos papéis de gênero e nas relações familiares, ainda está em processo a superação das diferenças consolidadas pela tradição, uma vez que tais diferenças são reafirmadas a todo momento por discursos vários (religiosos, pedagógicos, psicológicos) sobre a essencialidade da mãe no cuidado dos filhos, negando ao homem papel relevante. A esse respeito, Rocha-Coutinho (2013) destaca:

...apesar de a rígida divisão nos papéis de homens e mulheres no espaço doméstico ter sido questionada, ainda prevalecem as antigas concepções de que ‘mãe é mãe’ e de que ela é a principal responsável pelos cuidados com os filhos, enquanto ao pai cabe o papel de provedor financeiro da família (p. 16).

Ter maior escolarização e trabalhar fora de casa são diferenças marcantes entre os grupos estudados e são a base de outras transformações substanciais, possibilitando ampliação das articulações sociais e questionamento de valores tradicionais. A possibilidade concreta de ter atuação profissional amplia o horizonte feminino, que até então limitava-se ao território da vida privada, mas impõe às mulheres novas exigências para conciliar esses diferentes compromissos, com o que a maior autonomia feminina só tem sido possível com

a conjugação de atribuições. A necessidade de conciliar diferentes vertentes de atuação, sobretudo quando está envolvida a maternidade, não é vivida sem dificuldades pelas mulheres na atualidade, ainda que tais dificuldades não sejam encaradas como empecilho pelas participantes mais jovens. Para Rocha-Coutinho (2004, p. 9) “o discurso atual da *escolha* parece colocar a mulher diante de impasses que não são por ela percebidos enquanto tal, levando-a a buscar, de forma individual . . . uma vivência harmoniosa de todas essas múltiplas atribuições”.

Outro dado expressivo que diferenciou as gerações foi o número de filhos: na 1ª geração 4,2 filhos em média; na segunda, 1,7. O fato de a mulher ter assumido compromissos relativos à profissionalização, dispondo de menos tempo para atividades domésticas, deve ser considerado na explicação da redução do número de filhos. Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) acrescentam que o decréscimo na prole pode estar relacionado ainda ao fato de muitas mulheres terem constatado que existem outras atividades que podem ser tão gratificantes quanto ser mãe, além de ter se difundido a sanção cultural à possibilidade de decidir se terá, quando terá e quantos filhos terá.

Em relação ao cuidado e à educação dos filhos as diferenças intergeracionais encontradas também são expressivas. Enquanto na 1ª geração as mulheres não mencionam dúvidas sobre como agir em relação aos filhos, na 2ª geração são relatadas incertezas e inseguranças. Rocha-Coutinho (1994) observou resultados análogos ao comparar estratégias de controle adotadas por mulheres que se tornaram mães na década de 1960 e por suas filhas: a certeza e a segurança das mães contrastam com insegurança e incerteza quanto à melhor forma de educar os filhos evidenciadas nas respostas das filhas, que se veem despreparadas e culpadas por dúvidas quanto à correção de sua forma de agir. A autora crê que tal discrepância deve-se ao fato dos papéis na família serem muito bem definidos nos anos 1960, reduzindo o espaço para dúvidas. A mãe de tal geração “sabia” o que podia e o que devia fazer, assim, como o pai e os filhos.

Quanto à forma de criar e educar os filhos, mulheres da 1ª geração destacam o controle e a autoridade sobre os filhos, expresso pelo uso de punições físicas (bater e castigar quando faziam “arte”), pelo rigor com horários e regras, e pela exigência de respeito e obediência na relação pais-filhos, o que é confirmado pelas mulheres da 2ª geração (filhas), ao falarem sobre como foram criadas e ao se compararem com suas mães. As mulheres da 2ª geração acham-se mais tolerantes e procuram relacionar-se com maior proximidade, cumplicidade e afeto com os filhos, protegendo-os, mas ao mesmo tempo promovendo a autonomia. Apesar disso, em vários momentos admitem que agem como suas mães (mesmo sem perceber ou querer), e algumas dizem que na época de suas mães era mais fácil criar filhos, pois havia mais autoridade e respeito.

Considerando os resultados, nota-se que o papel da maternidade na vida feminina não sofreu grandes alterações. Há enfraquecimento de modelos conhecidos, mas isso é mais visível nas esferas profissional e conjugal, em comparação com a esfera familiar e o contexto da maternidade. Ser mãe permanece sendo o elemento sobre o qual repousa a identidade feminina para a maioria das participantes da 2ª geração e a contestação dos padrões e modelos da geração anterior parece não se processar em termos práticos, até porque na geração mais jovem há insegurança no exercício da maternidade, o que faz com que as mulheres busquem nos modelos disponíveis (mães, irmãs, primas) os caminhos a seguir. Receio de agir de forma a produzir consequências nocivas para o filho, culpa por deixá-lo em casa nas mãos de “outros” enquanto trabalha, falta de tempo para incrementar a relação

com o filho, ambivalência de sentimentos diante das situações cotidianas – todas essas são questões reais para as mães de hoje, que buscam modelos sobre como agir, tanto atuais como do passado.

Diante desse dilema feminino, Rocha-Coutinho (2013) aponta a necessidade de desconstrução da

...antiga ideia de que a inscrição da maternidade na mulher faz dela, 'naturalmente', a melhor pessoa para cuidar dos filhos, tornando-a a maior responsável por seus cuidados e sua educação, e trazendo para a maioria muita culpa por achar que não está alcançando o padrão de boa mãe traçado pela sociedade (p. 30).

Por fim, pode-se dizer que a realidade social na qual a família está inserida, hoje, está marcada pela heterogeneidade, nela coexistindo modelos e valores do passado e atuais, sendo impossível falar apenas em transformações ou apenas em prosseguimentos. Como assinala Rocha-Coutinho (2006, pp. 100-101):

Diferentemente do passado em que, na família, um modelo identitário (...) era oferecido a cada um de seus membros e em que valores e padrões de comportamento mais ou menos estáveis eram passados de geração a geração, estamos assistindo agora a um momento de indefinição e ausência de modelos fixos e imutáveis. Valores e padrões de comportamento tradicionais parecem coexistir, muitas vezes em conflito, com novos valores e padrões de comportamento no interior das famílias.

Referências

- Abriç, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In A.S.P. Moreira e D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares em representação social* (pp. 39-46). Goiânia: AB.
- Almeida, G. J. (2005). As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais* (pp. 41-76). Pernambuco: Ed. Universitária da UFPE.
- Almeida, M. I. M. (1987). *Maternidade: Um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Campus.
- Amaral, C. M. M. (1997). O sentido do trabalho na vida de mulheres de três gerações: um estudo de caso em Psicologia Social. *Interações*, 2(4), 89-96.
- Andrade, M. A. A. (2000). A identidade como representação e a representação como identidade. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares em representação social* (pp. 141-149). Goiânia: AB.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17 (2), 41-52
- Araújo, C., & Scalón, C. (2005). Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In C. Araújo & C. Scalón (Orgs.). *Gênero, trabalho e família no Brasil* (pp. 15-88). Rio de Janeiro: FGV.
- Arilha, M., Medrado, B., & Unbehaum, S. G. (2001). Introdução. In M. Arrilha, S. G. Unbehaum & B. Medrado (Orgs.). *Homens e masculinidades: Outras palavras* (pp. 15-28). São Paulo: Ecos / Editora 34.
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185.
- Bassanezi, C. (2002). Mulheres dos anos dourados. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 607-639). São Paulo: Contexto.
- Benincá, C. R. S., & Gomes, W. B. (1998). Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 177-205.

- Bullington, J., & Karlsson, G. (1984). Introduction to phenomenological psychological research. *Scandinavian Journal of Psychology*, 25, 51-63.
- Caixeta, J. E., & Barbato, S. (2004). Identidade feminina – um conceito complexo. *Paidéia*, 14(28), 211-220.
- Camargo, B. V. (2005). Alceste: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (511-539). João Pessoa: UFPB/Ed. Universitária.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231.
- Dias, A. C. G., & Lopes, R. C. S. (2003). Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. *Psicologia em Estudo*, 8(n. esp.), 63-73.
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2011). Gênero. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 503-557). Brasília: Technopolitik.
- Galinkin, A. L., Santos, C., & Zauli-Fellows, A. (2010). Estudos de gênero na Psicologia Social. In A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.). *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 17-29). Brasília: Technopolitik.
- Jablonski, B. (1998). *Até que a vida nos separe: A crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir.
- Jacques, M. G. (1998). Identidade. In M.N. Strey et al. (Orgs.). *Psicologia Social contemporânea: Livro-Texto* (pp. 159-180). Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Kronberger, N., & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In M. B. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (pp. 416-441). Petrópolis: Vozes.
- Leite, I. L. (2004). *Gênero, família e representação social da velhice*. Londrina: Eduel.
- Lins de Barros, M. (2006). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV.
- Lins de Barros, M. (2013). Transmissão de valores na família e conflitos intergeracionais: experiências femininas. *Cadernos Adenauer*, XIV(3).
- Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre a família mineira. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 51-59.
- Matos, M. I. S. (2000). *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Marcon, S. S. (1998). *Criar os filhos: Experiências de famílias de três gerações*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Moscovici, S. (1978). *Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nascimento, C. R. R. (2006). *Masculino e feminino no contexto da família: Representações sociais e práticas educativas em famílias de classe popular*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Nuernberg, A. H. (2008). Reflexões sobre gênero e psicologia no Brasil. In M. C. S. Lago & M. J. F. Toneli (Orgs.). *Gênero e pesquisa em psicologia social* (pp. 19-32). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Queiroz, A. B. A. (2002). *O ser mulher e a infertilidade: Um estudo de representações sociais*. Tese de Doutorado, Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Quintas, F. (2000). *A mulher e a família no final do século XX*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana.
- Rêgo, N. N., Bastos, A. C. S., & Alcântara, M. A. R. (2002). As mulheres da família: mundos partilhados, mundos em conflito. *Paidéia*, 12(22), 27-37.
- Reinert, M. (1990). Alceste – une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gérard de Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, (26), 24-54.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de

Janeiro: Rocco.

- Rocha-Coutinho, M. L. (2001). Dos contos de fadas aos superheróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. *Psicologia Clínica*, 12(2), 65-82.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? *Psicologia Clínica*, 15(2), 93-107.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, 12(1), 2-17.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2006). Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In M. Lins de Barros (Org.) *Família e gerações* (pp. 91-106) Rio de Janeiro: FGV.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2013). A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In T. Féres-Carneiro. *Casal e família: transmissão, conflito e violência* (pp.13-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Romanelli, G. (2003). Autoridade e poder na família. In M. C. B. Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate* (pp. 73-88). São Paulo: EDUC/ Cortez.
- Rouquette, M. L. (2000). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares em representação social* (pp. 39-46). Goiânia: AB.
- Scavone, L. (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: UNESP.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Strey, M. N. (1998). Gênero. In M. N. Strey et al. (Orgs.). *Psicologia Social contemporânea: Livro-Texto* (pp. 181-198). Petrópolis: Vozes.
- Teixeira, M. C. V., Schulze, C. M. N., & Camargo, B. V. (2002). Representações sociais sobre a saúde na velhice: Um diagnóstico psicossocial na Rede Básica de Saúde. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 351-359.
- Torres, A. (2000). A individuação no feminino, o casamento e o amor. In C. E. Peixoto, F. Singly & V. Cicchelli (Orgs.). *Família e Individuação* (pp. 135-156). Rio de Janeiro: FGV.
- Torres, A. K. R. (2005). *Transformações em concepções a respeito de mulher casada: um estudo com mulheres de três gerações baseado em afirmações extraídas de uma revista feminina*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Trindade, Z. A. (1991). *As representações sociais da maternidade e da paternidade: implicações no processo de aconselhamento genético*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Trindade, Z. A., Menandro, M. C. S., & Gianórdoli-Nascimento, I. F. (2007). Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. In M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro (Orgs.). *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em Psicologia* (pp. 71-92). Vitória: UFES/GM Editora.
- Unbehaum, S. G. (2001). A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: M. Arrilha, S. G. Unbehaum & B. Medrado (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras* (pp. 163-184). São Paulo: Ecos/Editora 34.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Vitale, M. A. F. (2002). Socialização e família: uma análise intergeracional. In. M. C. Brant De Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate* (pp. 89-96). São Paulo: EDUC/ Cortez.
- Wachelke, J. F. R. (2005). O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. *Estudos de Psicologia* 2005, 10(2), 313-320.
- Wachelke, J. F. R., & Contarello, A. (2011). Italian students' social representation on aging: an exploratory study of a representational system. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3), 551-560.

Apresentação: 09/11/2014
Aprovação: 22/05/2015